



PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

Em atenção à determinação da Sra. Dina Marcia de Sousa Pessoa, Secretária Municipal de Educação, portadora do CPF: 778.664.363-04, essa Procuradoria, no uso de suas atribuições legais, recebeu os autos do processo administrativo nº 001.0000041/2022 da dispensa de licitação nº 01/2022 e previamente cuidou de avaliar sua organização formal, concluindo pelo correto trâmite entre os setores competentes da municipalidade, passando então a avaliar o mérito do interesse administrativo.

Constata-se a necessidade de locação de um imóvel com endereço na Rua Rui Barbosa, S/N, centro, desta cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, para funcionar como depósito de materiais pedagógicos e objetos escolares de uso restrito desta instituição pública municipal, tendo em vista ser o único imóvel encontrado que dispõe de um espaço amplo, disponível para funcionar como depósito.

Uma vez que a Secretaria Municipal de Administração e Finanças conheceu da necessidade, e que o setor de contabilidade geral atestou a viabilidade da contratação tendo em vista a existência de saldo orçamentário bastante para tal, não há nada que considerar acerca desse mister.

Sabe-se que o processo de seleção e contratação de bens, produtos e serviços à municipalidade deve obedecer aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93, e que dentre as modalidades estabelecidas por essa Lei encontram-se: "carta-convite, tomada de preços, pregão e concorrência", modalidades essas que são efetivadas com um procedimento básico objetivo-finalístico inarredável, de duração média de alguns dias.

No entanto, para como o ora disciplinado, a própria Lei das Licitações (8.666/93) em seu artigo 24, traz as soluções mais apropriadas ao presente interesse da administração, qual seja, a contratação direta por dispensa de licitação. Assim o gestor poderá resolver os problemas mais imediatos e urgentes da municipalidade, porém não estará livre dos protocolos legais que integram o ato, pois tais formalidades visam à garantia da integridade de documentos que poderiam ser extraviados ou danificados e, também, para registrar a sequência dos atos do procedimento.



*Art. 24. É dispensável a licitação:
Omissis*

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Da dicção do artigo 24 alhures descrito, subtraem-se elementos essenciais à dispensa de contratação: a) necessidade locação de um imóvel com endereço na Rua Rui Barbosa, S/N, centro, desta cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, para funcionar como depósito de materiais pedagógicos e objetos escolares de uso restrito desta instituição pública municipal; b) razão da escolha do fornecedor ou executante; c) justificativa do preço; e d) avaliação prévia feita pelo solicitante.

Destarte, entende-se que o correto caminho à solução dos problemas apresentados, levando-se em conta a inarredável obediência aos princípios da legalidade, indisponibilidade dos interesses da administração, continuidade dos serviços públicos, celeridade e eficiência, é a dispensa de licitação, analisado o caso pela Comissão Municipal de Licitação.

Por todo o exposto, essa Procuradoria opina ser cabível à satisfação dos interesses momentâneos da administração a dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, X da Lei nº 8.666/93.

Este é o parecer, s.m.j.

Piracuruca – PI, 07 de Janeiro de 2022.


Ivonalda Brito de Almeida Moraes

Procuradora do Município de Piracuruca

OAB/PI 6702